

Mediação e filosofia da ausência: a invenção gramatical da “mediação humana” e super-ação do humano¹

GUSTAVO SILVA SALDANHA
PPGCI/IBICT-UFRJ
PPGB UNIRIO

PRIMEIRAS INTEPRETAÇÕES

Ouvir falar é antes de tudo ser surdo à diversidade de ruídos (AUROUX, 1998: 30)

A proposta deste trabalho é discutir as relações entre linguagem, mediação e técnica a partir da filosofia da linguagem. Tendo como linha metodológica a aproximação a uma hermenêutica epistemológico-informacional, como nos convoca Rafael Capurro, elaboramos uma reflexão filosófica sobre a construção das “coisas” a partir da linguagem e seus impactos na produção das ideias acerca do conceito de mediação no escopo da Ciência da In-

1 A reflexão filosófica aqui manifestada é fruto do desenvolvimento do projeto de pesquisa “Trilhar o *trivium*: a Filosofia da Ciência da Informação na tradição filosófica da linguagem” que conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). O trabalho também integra o fórum de discussões desenvolvido no grupo de pesquisa brasileiro “Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes”.

formação e da filosofia da informação. Buscamos observar como a separação produzida pelos argumentos representacionistas sobre a linguagem provocam a fundação de dicotomias, como fora e dentro, humano e técnica, cultural e tecnológico, que afastam a compreensão epistemológico-histórica da noção de “mediação” entre Filosofia e Ciência da Informação, desembocando na fronteira de confronto de uma filosofia da presença e de uma filosofia da ausência nos estudos informacionais. À procura por estabelecer uma discussão crítica sobre estas dicotomias, debatemos a produção gramatical da realidade simbólica, propiciada em nossa *epistême* pela escrita, a partir de uma aproximação aos pensamentos de Jacques Derrida e Sylvain Auroux, “conciliados” a partir de Barbara Cassin e de Ludwig Wittgenstein. O argumento geral está em apreender a noção de ação, da pragmática, como centralidade das práticas de mediação, a partir do entendimento da constituição gramatical da noção de “mediação humana”.

Encontramos, de um lado, as construções sobre os problemas inerentes à mediação, concernentes ora à questão das “mediações da presença”, com o fundo falso de “humanismo das Humanidades”, ora aos desafios das “mediações da ausência”, fundadas no uso de tecnologias para as trocas, as transmissões e as apropriações de elementos da linguagem. O primeiro caso remete à constante logocêntrica abordada por Derrida (2008), que marcaria, na visão do filósofo francês, a história da filosofia ocidental, de Platão aos antropólogos do Oitocentos e do Novecentos. O segundo caso nos levaria ao “terror” da máquina e a depreciação das tecnologias da linguagem como fontes atávicas ao conhecimento, à memória e à compreensão do real.

Se no *Fedro* de Platão estas possíveis aporias são lançadas, fazendo do Ocidente filosófico “devedor” da questão (e, em geral, adepto do segundo caso), a ética cristã e sua vasta influência nos dois milênios que nos distanciam do classicismo grego nos apontam para uma direção próxima.

A Gênese, no Antigo Testamento contém e que remonta provavelmente a um velho fundo legendário sumério, procede em dois

tempos: **de um lado, Adão dá nome aos animais e às coisas, o que explica a primeira língua e o privilégio da humanidade; de outro, Deus, colocando fim à construção da Torre de Babel, dá origem à primeira diversidade de línguas.** (Auroux, 1998: 29, grifo nosso)

É a partir da “presença” de Deus “entre nós”, da “presença” de Adão “entre os homens”, que a mediação (pela linguagem, aqui entendida como processo de representação filosófica, antes de informacional, entre o conhecimento e sua explicitação) não só se efetiva; ela nasce ali, e nasce assim, como uma manifestação (epifânica) do “estar” junto do “ser”. Este é o espaço-tempo que Derrida (2008) aborda como “filosofia da presença” e o “imperialismo da fala”. Tal potência-mor do pensamento ocidental pode ser repensada com uma visão da escrita e das noções de tecnologias da linguagem, incluindo a categoria da oralidade não como poder dissociado de outros instrumentos, mas também como técnica. E neste caso passamos a tratar do jogo entre a mediação filosófica e nosso interesse nos estudos informacionais: a ação do eu-mediador do conhecimento já manifesto e o conjunto potencial de intersujeitos que podem se apropriar de tais manifestações.

O aparecimento da “escrita”, e não da “linguagem”, como nos atenta Auroux (1998), pode ser tratado como a pioneira revolução tecnolinguística, na medida em que abre o “espaço” (isto é, concebe o “reflexo espacial”) para o observar, o admirar, o contemplar e, fundamentalmente, o “refletir sobre o reflexo” da própria linguagem. Esta revolução é acompanhada por uma segunda, dependente da primeira, identificada a partir da noção de “gramatização”, sendo acompanhada por uma terceira, contemporânea, que agregaria ambas a partir de diferentes princípios tecnológicos. Tratar-se-á, esta última, da linguagem no contexto das técnicas eletrônicas. Nas palavras do filósofo da linguagem

[...] a primeira revolução tecnolinguística foi a invenção da escrita, cujos efeitos foram amplificados com a criação da imprensa. A segunda foi a gramatização das diferentes línguas do

mundo, amplificada ela também pelo estabelecimento de políticas linguísticas nacionais e da alfabetização. Parece dificilmente contestável que sejamos contemporâneos da **terceira grande revolução nesse domínio, a do tratamento eletrônico da informação apresentada na linguagem natural**. Trata-se verdadeiramente de uma mecanização das formas privilegiadas da comunicação humana. (Auroux, 1998: 289, grifo nosso)

Em nosso ponto de vista, estas três revoluções podem ser entendidas, se nos aproximarmos da tentativa epistemológica da Gramatologia de Derrida (2008), de um amplo percurso de gramatização, que vivenciou não apenas três, mas diversos momentos (extra)ordinários ao longo da história humana, onde “escrita” e “tecnologias eletrônicas” compõem parte ínfima (ainda que mutante) de uma série de elementos atizadores da revolução. O próprio Auroux (2009) procura demonstrar a ampla “revolução tecnológica da gramatização”, sendo aqui “gramática” um conceito muito anterior à revolução específica e pontual, de fundo político-bélica, de gramatização das línguas nacionais.

Buscamos demonstrar como a questão, presente no pensamento, por exemplo, de Gabriel Peignot (1802a, b) e Paul Otlet (1934), é estrutural para os estudos informacionais, sendo, deste modo, elemento delineador da questão epistêmico-informacional da mediação. Podemos também perceber esta relevância, de modo mais flagrante, nos movimentos epistemológicos recentes no campo, como aqueles oriundos do pensamento de Rafael Capurro (1992) e de “neodocumentalistas” como Frohmann (2004, 2011), Day (2005) e Buckland (1991, 1997). Percebemos que a questão está no centro de debates contemporâneos dos estudos informacionais, como competência informacional, organização do conhecimento a partir de e através das redes eletrônicas, educação à distância, a filosofia da informação entre Rafael Capurro e Luciano Floridi e, em nosso enfoque, a noção de mediação.

A INVENÇÃO DA “MEDIÇÃO TÉCNICA”: WIENERISMO DO FEDRO E O “FIM” DA FILOSOFIA DA PRESENÇA

O que é peculiar ao livro [...] o pensamento posteriormente fixado pela escritura ou pela imagem das coisas, dos signos visíveis, fixado em um suporte material.

(OTLET, 1934: 10)

Procuramos reconhecer uma margem possível (e não natural), uma fronteira de elaboração sócio-histórica (e não um limite), para o momento de invenção da “mediação técnica” como contraposto da “mediação humana”, para caracterizarmos, de fato, no escopo da epistemologia da Ciência da Informação e da filosofia da informação, a condição epistemológico-histórica que nos interessa, de fundo gramatológico (conforme uma possível brecha de aproximação entre os pensamentos de Auroux (1998) e de Derrida (2008)): o problema da invenção da “natureza” da “mediação humana”. Esta invenção parece estar (radicalmente) indicada em Norbert Wiener (1989), em *The Human Use of Human Beings*, obra de 1950, de fundo mais reflexivo, que viria para sanar as dúvidas do discurso sobre a técnica apresentado em 1948, o clássico *Cybernetics*. Sua radicalidade é apenas o desdobramento do longo embate lançado pelo *Fedro* platônico. Tanto Derrida (2008) quanto Wiener (1989) reportam-se, por exemplo, a Leibniz, onde está a compreensão esclarecida entre homem, linguagem e “extensão”, círculo conceitual que pode ter um nó comum: a técnica. Entretanto, o recuo ainda pode dirigir-se a outra possível estaca zero: a própria sofística e sua disputa com Sócrates, como veremos a seguir.

Descortinadas as raízes do embate filosófico entre idealidade e ordinariiedade, e aplicados os estudos e as práticas informacionais nestes bastidores desvelados, perceberemos que nosso interesse epistêmico sempre esteve mais vinculado ao problema da invenção maquínica (técnica) da “mediação humana”, que à “praga” lançada pelo *Fedro* de Platão sob e sobre a “mediação técnica”. Adentrando o vocabulário de Derrida (2008), o jogo entre presença e ausência

nos estudos informacionais sobre mediação torna-se restrito, quando delimitados e focalizamos a linguagem como técnica ou, mais precisamente, as técnicas da linguagem.

Compreender que nosso problema epistêmico (a confusão) está em como criamos a possibilidade (quase metafísica, mesmo nos tempos atuais) de valorização da mediação da presença (relacionando necessária e equivocadamente, a “presença” com o humano, a “voz” com a verdade, o “estar” com o ser), torna-se o dilema epistemológico em aberto não apenas para rever o papel da técnica a partir da linguagem. Principalmente, o aspecto nos leva a pensar a super-ação, ou a) a dinâmica das ações de práticas intersubjetivas que envolvem os registros do conhecimento e b) o apagamento das relações dicotômicas entre homem e máquina.

A questão central para uma argumentação acerca da faticidade do discurso sobre mediação está nesta última dicotomia. Ela é apresentada, em geral, pelo jogo de relações ora conflituosas, ora co-partícipes, de mediação humana e mediação técnica. Esta questão tem uma morada clássica: o *Fedro* de Platão. Aqui, a dialética sobre a Beleza tem um de seus limites centrais na linguagem e na ação do retor. Thoth (ou Theuth), Deus egípcio da escrita, também chamado Ámon, inventou os caracteres gráficos, ou seja, nos presenteou de uma só vez a Matemática e a Gramática. O mito do aparecimento da escrita em Thoth, lançado sob a hermenêutica aurouxiana, nos permite a compreensão sócio-histórica do feitiço da linguagem (enquanto técnica):

Não conhecemos civilização oral que tenha desenvolvido técnicas calculatórias, mesmo elementares como nossas operações de adição e de subtração. A maior parte das línguas unicamente orais e sem contatos com civilizações grafematizadas dispõe somente de um sistema de numeração restrito. **O cálculo só se tornou possível através do recurso a elementos externos, e até objetos técnicos como os bouliers** (tabela gráfica que permite facilitar muitos cálculos) ou os abaqués (ábaco, tabela de calcular da Antiguidade, tornada no século X uma tabela de colunas – dezenas, unidades, centenas – que utiliza cifras). **De maneira geral, a escrita parece ser a condição de seu desenvolvimento.** (Auroux, 1998: 73, grifo nosso)

Não apenas os signos gráficos usados para o imediato da fala, mas “os algoritmos e o infinito matemático são inconcebíveis sem a escrita” (Auroux, 1998: 74), ou seja, estamos diante uma tecnologia que impulsiona um conjunto inumerável de transformações sócio-históricas. É neste ponto que o objeto em questão se torna pauta central da Filosofia e Platão utiliza sua dialética (fonética) para demonstrar os problemas desta mediação.

A invenção mitológico-egípcia da escrita surge, pois, como um entrave para o conhecimento, ou, mais radicalmente, como uma antítese ao real. A arte da escritura seria um veneno, uma espécie de medicamento que poderia, em um primeiro momento, sugerir a cura (principalmente para a memória e para o ensino, mas, por intenção ou extensão, para o pensamento). Porém, seu uso disseminado resultaria na própria contradição, ou seja, destituição da memória, atrofia das possibilidades do pensar. Em outros termos, o aparecimento da escrita como problema filosófico é a sua “expulsão” da Filosofia como possibilidade de aproximação ao real. Mimese que é, por natureza, nessa leitura, a linguagem e seu espelho imitado, a escrita, só poderia nos conduzir ao afastamento da verdade – distamos do mundo inteligível na medida em que nos dedicamos a pensar a partir do mundo material, e a escrita torna-se sinônimo ideal no *Fedro* de um completo obscurecer do real.

O *Fedro* marca a condenação de uma “filosofia da ausência”, uma filosofia das mediações técnicas, em prol de uma teoria do conhecimento baseada no “coletivo que dialetiza”, que debate no espaço tornado público. A fala –mais precisamente, as falas, na relação dialética– é a condição do filosofar, contra o discurso, relação de verticalidade do um para muitos. Mesmo com a ênfase no meta-materialismo linguístico, Paul Otlet (1934: 85) é traído por esta aporia: o advogado belga recupera Platão para, concordando, afirmar que só a fala é plenamente viva, quando todo o seu *Traité* edifica-se como uma apologia do materialismo do conhecimento manifesto no mundo sensível.

Se tal aporia do *Fedro* estaria (“resolvida”) na distante compreensão de Norbert Wiener, a arte do piloto, a arte de manusear, de manipular, ela, no fundo, apenas descortina o campo informacional

em sua jornada bibliológica. A extensão do homem tendo a máquina como partícipe de sua pretensa “natureza” esclarece que a “passagem” do humano para o maquínico não se dá de maneira alguma abrupta. A máquina é tão “humana”, quanto o “humano” é “maquínico” - entre outras palavras, trata-se de uma *poiesis* do humano. Contra o argumento, no entanto, se deu nosso decurso ocidental:

Já se presente, portanto, que **o fonocentrismo se confunde com a determinação historial do sentido do ser em geral como presença**, com todas as subdeterminações que dependem desta forma geral e que nela organizam seu sistema e seu encadeamento historial (**presença da coisa ao olhar como *eidos*, presença como substância – essência – existência (ousia), presença temporal como ponta (*stigmé*), consciência, subjetividade, co-presença do outro e de si, intersubjetividade como fenômeno intencional do ego etc.**). (Derrida, 2008: 15, grifo nosso)

Derrida (2008) desenvolverá uma compreensão crítica desta filosofia em sua procura epistêmica por uma certa Ciência Gramatológica: a favor da *phoné* o Ocidente se constituiu, tendo, sob este solo filosófico, elaborado inúmeras instâncias contrárias e contraditórias, mas sempre tendo a fala como o modelo, a estrutura.

O privilégio da *phoné* não depende de uma escolha que teria sido possível evitar. Responde a um momento da *economia* (digamos, da ‘vida’ da ‘história’ ou do ‘ser como relação a si’). O **sistema do ‘ouvir-se-falar’ através da substância fônica** – que *se dá* como significante não-externo, não-mundano, portanto, não-empírico ou não contingente – **teve de dominar durante toda uma época a história do mundo**, até mesmo produziu a ideia de mundo, a ideia de origem do mundo a partir da diferença entre o mundano e o não-mundano, o fora e o centro, a idealidade e a não-idealidade, o universal e o não-universal, o transcendental e o empírico, etc. (Derrida, 2008: 9, grifo nosso)

O filósofo francês nos convoca, contra a prioridade fonética do Ocidente, a pensar a relação entre linguagem e técnica de modo diferente. Na direção oposta aos desdobramentos da mimese, como

indicado na crítica do *Fedro*, Derrida (2008) preocupa-se com o ponto de vista da escritura como uma técnica distinta, e não a técnica como conceito que guarda a linguagem escritural.

Técnica a serviço da linguagem: não recorremos aqui a uma essência geral da técnica que já nos seria familiar e que nos ajudaria a *compreender*, como um exemplo, o conceito estreito e historicamente determinado da escritura. **Ao contrário, acreditamos que um certo tipo de questão sobre o sentido e a origem da escritura precede ou pelo menos se confunde com um certo tipo de questão sobre o sentido e a origem da técnica.** É por isso que nunca a noção de técnica simplesmente esclarecerá a noção de escritura. (Derrida, 2008: 10, grifo nosso)

Em outras palavras, a “gramatologia”, ou ciência do *gramma*, é o saber da hipérbole da escritura, da posição que toma o conceito de escritura como aquilo que excede e compreende o conceito de linguagem. O que se constrói, pois, no caminho de volta, de Wiener à Górgias, da Cibernética à Sofística, é uma dimensão “revolucionária” no século XX, mas que Aristóteles anteviu na Retórica e na Poética. No fundo, esta relação percorre mesmo o Medievo, guardadas as proporções do Neoplatonismo do longo período de luzes sob o conceito de Deus e não mais de Ser. Além disso, tal dimensão é “fundadora” da Modernidade, seja esta entendida como fruto do Renascimento Cultural dos séculos XIII e XIV, seja compreendida como fruto do Renascimento Artístico dos dois séculos seguintes. Entre estes séculos, a adaptação da velha prensa do ourives às artes gráficas permite ao mundo propagação da ideia da extensão da linguagem como partícipe do humano. “Coisas” agora (definitivamente) “falam”. As artes bibliográficas são, desde a sua constituição (até onde o horizonte arqueológico nos leva), metáforas vivas das filosofias da ausência.

Se, com Auroux (1998), compreendemos que a “escrita” e, posteriormente, a “gramatização”, representam um passo decisivo de edificação de um princípio tecnológico (e não técnico, ou seja, de reflexão sobre a técnica, o *logos* sobre o artefactual), estamos diante do

ocaso da aporia das “filosofias da presença”, que tanto incomodam. Chegamos ao que chamamos “gramatologia de ordem inversa”, ou uma “filosofia da ausência”, melhor expressada como, a nosso ver, “filosofia das formas simbólicas” à moda cassireriana. Poderíamos ainda reconhecê-la desta maneira: “uma gramatologia da pós-escrita, a gramática *a posteriori*.” (Saldanha, 2012: 382)

MEDIAÇÕES ORDINÁRIAS: A INVENÇÃO MAQUÍNICA DA “MEDIAÇÃO HUMANA”

[...] *logocentrismo: metafísica da escritura fonética.* (DERRIDA, 2008: 3)

Recoloquemos agora o fonocentrismo no escopo dos estudos informacionais. Percebamos como, ao mesmo tempo, se a filosofia da presença é a marca do Ocidente filosófico contra os processos de mediação técnica, o desenvolvimento das artes (técnicas) de mediar e, posteriormente, o delineamento da epistemologia da Ciência da Informação entre os séculos XIX e XX, nos diz o contrário, bem como os discursos para uma filosofia da informação na contemporaneidade. Nosso percurso, de fundo hipotético-filosófico deliberadamente bibliofílico, coloca-nos no eixo oposto: o logocentrismo, a centralidade da fala, do sopro, ou, ainda, a pneumo-constante é, do lado de cá (estudos informacionais de mediação), sustentada por uma racionalidade gráfica (gramatical, materialista, técnica). Desde que se entende como arte, ou quando se afirma ciência, como em Gabriel Peignot (1802a, b) e Paul Otlet (1934), nosso modo de pensar a mediação tem, se não uma relação unívoca, uma co-constituição permanente entre o elemento técnico da linguagem e o elemento linguístico do humano.

É preciso enfatizar, em nosso giro hermenêutico, que Derrida (2008), no entanto, reluta insistentemente contra esta tessitura epistêmica –talvez não reconhecendo tal processo histórico-científico, mesmo tanto questionando a noção de “livro”. Em sua visão, a elaboração histórica do conceito de livro (fundante para o pensamento

informativa entre mundo francófono e anglófono), mesmo diante da longa revisão de E. R. Curtius (1996), onde a magnitude do conceito oriundo do *biblion* é lançada, responde menos ao materialismo da linguagem e seu maquinismo da ausência, e mais ao estado de presença da filosofia fonocêntrica.

Em ‘O simbolismo do livro’, este belo capítulo de *A literatura europeia e a Idade Média latina*, E. R. Curtius descreve com uma grande riqueza de exemplos a evolução que vai do *Fedro* a Calderón, até parecer ‘inverter a situação’ pela ‘nova consideração de que gozava o livro’. Contudo, parece que esta modificação, por importante que seja em efeito, abriga uma continuidade fundamental. Como acontecia com a escritura da verdade da alma, em Platão, ainda na Idade Média é uma escritura entendida em sentido metafórico, isto é, uma escritura natural, eterna e universal, o sistema da verdade significada, que é reconhecida na sua dignidade. (Derrida, 2008: 18-19, grifo nosso)

A noção de “livro”, no pensamento do filósofo francês, responde, pois, pela mesma “natureza” ou “essência” da *phoné*.

A escritura natural está imediatamente unida à voz e ao sopro. Sua natureza não é gramatológica, mas pneumatológica. É hierática, bem próxima da santa voz interior da *Profissão de Fé*, da voz que se ouve ao se entrar em si: presença plena e veraz da fala divina a nosso sentimento inferior. (Derrida, 2008: 20-21, grifo nosso)

Na crítica fonocêntrica de Derrida (2008), ao se reportar à totalidade, a noção de livro no Ocidente “perde” sua “materialidade primordial” (a condição de fragmento vegetal do *biblion*) e “reencontra” a idealidade da Beleza dialetizada no *Fedro* de Platão.

A idéia de livro é a idéia de uma totalidade, finita ou infinita, do significante; essa totalidade do significante somente pode ser o que ela é, uma totalidade, se uma totalidade constituída do significante preexistir a ela, vigiando sua inscrição e seus signos,

independentemente dela na sua idealidade. **A idéia do livro, que remete sempre a uma totalidade natural, é profundamente estranha ao sentido da escritura. É a proteção enciclopédica da teologia e do logocentrismo contra a disrupção da escritura [...].** (Derrida, 2008: 21-22, grifo nosso)

O que, em nossa visão, Derrida (2008) dispensa é a condição material (principalmente do materialismo simbólico) e o embate filosófico do *logos* contra o *onto* – ou seja, ao se dedicar ao *logos* como aproximação ao *onto*, realiza uma leitura ontológica (metafísica) da escritura a partir do *logos* platônico, ao invés de realizar uma leitura logológica da escritura contra o *onto* parmenídico. A dispensa leva consigo o apagamento da sofística, e com ela a força performática do materialismo linguístico (e o metamaterialismo linguístico dos registros do conhecimento, da escritura, do livro) ao longo da Antiguidade, do Helenismo, do Medievo e da Modernidade, bem como carrega em seus argumentos as filosofias contemporâneas da linguagem, como aquela dedicada à linguagem ordinária, que permitem, em certos momentos, inclusive se apoiadas em parte da própria visão do filósofo francês, pensar uma racionalidade mediadora não apenas dependente da *phoné* presencial. Em outras palavras, Derrida (2008) investe na crítica ao *logos* de “Sócrates, aquele que não escreve” e não se aproxima do *logos* do “Aristóteles, aquele que lê”.

É o encontro com a Sofística e com a construção do *trivium*, ou das artes liberais da linguagem, a saber, lógica, retórica e gramática –*trivium* este destacado pelo próprio Derrida (2004) em *Papel-Máquina*– que podemos perceber que a filosofia da ausência pode ser reconhecida como o nó teórico na elaboração epistemológico-histórica dos estudos informacionais, tendo a mediação como uma de suas centralidades.

Na visão de Cassin (2005, p. 63), o movimento sofístico muda a direção da teoria do conhecimento do *onto* para o *logos*, ou seja, do “ser pelo ser” ao “discurso pelo discurso do ser”. Dizer o ser é criá-lo. A *poiesis* sofística estabelece a fundamentação do discurso como potência e matéria da condição humana. A logologia, e não a

ontologia, se coloca como a epistemologia que nos desvela (e, antes, edifica) o mundo. Em suas palavras, “Logologia: o discurso faz o ser, o ser é um efeito de dizer. Em um caso, o de fora se impõe e impõe o que se diga; no outro, o discurso produz o de fora.” Deste modo, para quem e além de performance, o discurso dos sofistas é algo “inteiramente performativo”. É criador, organizador e preservador do “real”. “Ele é demiúrgico, fabrica o mundo, faz com que advenha – e teremos, logo mais, a exata medida disso com a cidade e a política”. (Cassin, 2005: 63)

Tal *logos* sofista é, ainda, antes de um *organon*, instrumento de demonstração, um *pharmakon*, ou seja, um remédio para o desenvolvimento das almas e da cidade. Como o verdadeiro e o falso da dialética são dissolvidos no discurso, a possibilidade de uma ambivalência não-lógica se define, resultando em uma questão de valor. Neste contexto, o físico é substituído pelo político, a política é legitimada como partilha, e seu sentido se aproxima da *homologia*, ou do acordo discursivo. (Cassin, 2005). Mas se não nasce para o *organon*, termina enquanto tal: o materialismo da linguagem (também oral) cria e ordena; e a escrita, como afirma Auroux (1998), implica o “reflexivo” que pressupõe a “ordem”.

Derrida (1991), agora não exatamente em sua crítica ao logocentrismo, recorda que a logografia era a arte de compor discursos (e escrevê-los, em boa parte), para que outros o pronunciassem, sem que a presença do autor se fizesse, ou seja, sem qualquer responsabilidade pelo uso do e pelas consequências de seu discurso. Este seria o “homem da não presença”, e, por extensão (socrático-platônica) “da não-verdade”, que resulta na questão inicial da “escritura” como “encenação” e da “incompatibilidade do escrito e do verdadeiro”. (Derrida, 1991: 12)

Estabelece-se aqui uma visão crítica não apenas ao *logos* da *phoné* vertical (de um para todos, o discurso contra o diálogo), mas o problema (principal) dos “*logói en biblíois*”, da “escritura, o *pharmakon*”, como “descaminho” (Derrida, 1991: 16). A visão de Platão, ou de Sócrates contra Fedro, é fundamentada, segundo Derrida (1991), no acontecimento presencial do autor, na performance viva do pai. O livro é a palavra morta, o discurso putrefato, na medida

em que se distancia de seu construtor. Neste sentido, dir-se-ia que a “especificidade da escritura se relacionaria, pois, com a ausência do pai” (Derrida, 1991: 22). O *logos* platônico, diferentemente do *logos* da sofística, dar-se-ia na responsabilidade da presença do pai diante dos ouvintes.

Este *virtus* do *logos* como o discursivo, e não o dialético (o lógico), é que parece não estar em Derrida (2008, 2004) à primeira vista, em sua crítica ao fonocentrismo. A possibilidade de reinterpretação da posição do filósofo francês talvez esteja no reconhecimento da *phoné* também como matéria, e, com isto, da relevância do “materialismo linguístico” e seus desdobramentos, como caso do “metamaterialismo linguístico” dos registros do conhecimento.

O “imperialismo do *logos*” diante da sofística necessita ser tomado como distinto do “imperialismo da *phoné*”. Tratar do *logos* discursivo dos sofistas é também tratar do futuro discurso registrado, contra o qual o *Fedro* argumenta na ameaça do grafo. Esta possibilidade interpretativa ganha margens de discussão quando percebemos a preocupação de Derrida (2004) com o universo da escrita e seu diálogo com o *trivium* e o *quadrivium*.

Para o filósofo francês, deve-se compreender a noção de gramática “a partir de referências ao *trivium* e ao *quadrivium* [...]” e das concepções de “máquina da letra, máquina a letra (*gramma*), *máquina de escrever*.” (Derrida, 2004: 126). Derrida (2004) busca a relação entre linguagem e tecnologia, linguagem e o metamaterialismo linguístico, e provoca a possibilidade de uma visão técnico-virtual do “engenho dos traços” como uma máquina de produção do mundo.

Não se diz que a máquina é uma gramática do texto. Nem que a gramática do texto é uma máquina. Uma é como a outra, a partir do momento em que a gramática é isolada da retórica (retórica performativa ou retórica cognitiva, retórica dos tropos), de acordo com uma outra distinção. Determina-se a máquina a partir da gramática, e vice-versa. Isolada de sua retórica, enquanto suspensão da referência, a gramática é puramente formal. Isto va-

le em geral: nenhum texto pode ser produzido sem esse elemento formal, gramatical ou maquinal. (Derrida, 2004: 126, grifo nosso)

Se retiramos a retórica da gramática, de fato, nos resta o formal e o formalizável. Contudo, em contextos sócio-culturais, explicitamente, em cenários onde o político se impõe, como a cidade, não poderá existir a gramática sem a retórica. E tais “máquinas” edificadas com as engrenagens de retórica, gramática e (também) lógica (ou seja, as máquinas do *trivium*), são igualmente “humanas” e “maquínicas”, “naturais” e “artificiais”, são o homem e o artefato em um só espaço-tempo. Separar os processos de mediação deste complexo é não perceber que mediar é, fundamentalmente, um processo maquínico, posto que humano. Em outros termos, a mediação é uma poética e se estabelece na complexidade do *trivium*.

Em sua primeira nota de rodapé no *Papel-Máquina*, o filósofo francês, agora próximo de Auroux (1998), esclarece a questão que nos permite pensar simultaneamente o discurso oral sofisticada da Grécia Clássica e o desenvolvimento de sistemas em rede na contemporaneidade: “O algoritmo é, na verdade, uma ‘característica’, consiste em caracteres escritos”. (Derrida: p. 4). O *logos* entendido no bojo do *trivium* é uma técnica de fabricar o “humano”. É preciso, pois, entender que a “mediação técnica” cria o problema de compreensão da “mediação humana”, e não o contrário. Esta inversão (sofística em sua historicidade) se não é fundamental para os diversos domínios do conhecimento, é fundante do que hoje tratamos por estudos informacionais. Não “acontece” uma Ciência da Informação sem a “mediação técnica”; e é através dela que podemos pensar o “humano”, não como “separação”, mas como uma espécie de espelho turvo, dinâmico, em ação contínua dos reflexos que se desencontram para revelarem-se em verossimilhanças, e não em identidades.

O SIMBÓLICO NAS MEDIAÇÕES ORDINÁRIAS: COMO FAZEMOS COISAS COM MATÉRIAS SIMBÓLICAS

*O advento da escritura é o advento
do jogo. (DERRIDA, 2008: 8)*

Apesar da permanente preocupação com a *phoné*, Derrida (1991) nos abre a margem de compreensão de que, mesmo em Platão (como ver-se-á também em Aristóteles), existe uma certa “necessidade logográfica”, que é análoga à “necessidade biológica”, dentre outras. Trata-se de abordar o *logos* como um *zôon*, ou seja, dado no mundo material, vivo e animado. Em nosso ponto de vista, o pensamento sobre as práticas ordinárias (a linguagem ordinária conforme o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*) permite-nos superar a crítica “humana” ao “maquínico”, ou sua “separação”, e adentrarmos o modo “maquínico” de ver o humano que, no fundo, se transpõe como, simplesmente, uma maneira de compreender a maneira como nós pensamos através das máquinas da linguagem.

Esta possibilidade interpretativa das práticas de mediação recairia diretamente dentro dos conceitos de simbólico e simbolismo, e levar-nos-ia para o pensamento davalloniano. O teórico francês dos estudos de mediação busca uma razão simbólica para compreender as práticas mediadoras e seus mediadores. O aporte convoca a identificação de dois “gestos simbólicos”, o primeiro respondendo por operações de instauração de relações entre “mundo do visitante” e o “mundo da ciência”, mundo dos saberes; o segundo gesto respondendo pela expansão da noção de mediação a partir da “dimensão simbólica do funcionamento midiático”. (Davallon, 2007: 5-6)

Outra vez retornamos ao conceito de “gramática”, estratégico em Derrida (2008) e em Auroux (1998), como também em Wittgenstein (1979, 2005). Adentramos agora o “maquinário” da pragmática. Para Wittgenstein (1992a), a procura pela expressão metafísica ou mentalista dos conceitos resulta numa busca de construções pré-determinadas na linguagem que não podem exis-

tir. A linguagem é fruto de uma espécie de “jogo”, que define regras mutantes no tempo-espaço e que se consolida (se equilibra) a partir de “gramáticas”, vinculadas a “formas de vida” distintas. A elaboração de um significado está, deste modo, inserida dentro da “engrenagem” da gramática – em suas palavras, - “o uso da palavra, na prática, é o seu sentido”. (Wittgenstein, 1992a: 118).

Apropriado o pensamento “gramatical” wittgensteiniano no encontro Auroux-Derrida, na potência criadora do *logos* cassiniano, podemos pensar na construção de ferramentas ordinárias de elaboração do sentido e, como consequência, de um “real simbólico”, ou, ainda, de um “real” que só pode ser condicionado enquanto tal a partir do simbolismo provocado pelo maquinismo linguístico. Este maquinismo, antes de ser “racional”, é “ação”, é “uso”, estabelece-se na pragmática de elaboração cotidiana do mundo.

A filosofia da linguagem ordinária de Wittgenstein, fundada em suas *Investigações filosóficas*, estabelece que nossos modos de ver, de criar, de perceber o real não estão condicionadas a nenhuma estrutura *a priori*. Todo o decurso da pretensa “natureza humana” enquanto espaço reflexivo da filosofia é constituído a partir da reflexividade da linguagem – como uma “gramática” aurouxiana celebra.

Contra a representação – objeto comum da reflexão dos estudos de mediação -, Wittgenstein (1979) procura um modo de compreender o real como ação. Sua ação é, no entanto, da ordem da linguagem. O modo desta “atuar” se dá segundo os jogos entre comunidades distintas que podemos, retornando ao centro de nosso debate, o conceito de “mediação”, entendermos como não apenas a “ação humana”, a ação do eu-mediador. Antes, contra uma dicotomia das filosofias da presença e da ausência, podemos abordar a “ação maquinica” do humano como um “efeito da linguagem”, o que nos reintegra ao *logos* sofisticado de Cassin (2005). Os “gestos simbólicos” davallonianos ganham peso na análise das instrumentalizações midiáticas não vistas como “isto”, mas como parte do “eu”.

Este movimento permanente das “mediações ordinárias”, quando interpretadas à luz da epistemologia da Ciência da Informação, mais especificamente em um escopo epistêmico onde a “escrita” e as tec-

nologias da linguagem quaisquer sempre terão uma espécie de centralidade, conduz-nos objetivamente a uma “filosofia das formações simbólicas”, isto é, nos convoca ao aprofundamento das práticas de mediação como fruto de uma ação simbólica do humano-maquínico. Auroux (1998) demonstra que a reflexividade da “escrita” (da técnica da escrita!) tem como um de seus aportes a formalização. O processo de formalização é, antes de unicamente lógico (como demonstra a organização epistêmica do *trivium*), também gramatical e retórico (mas principalmente gramatical, se entendida a gramática como técnica de comunicação a partir dos símbolos). Assim, através da invenção da escrita

Há uma literalização – abre acesso a um pensamento simbólico – parece-nos que a simbolização é algo de mais profundo que o arbitrário batismo. A literalização manifesta o fato de que todo elemento da cadeia linguística é substituível por outro em circunstâncias dadas. **O simbolismo supõe então duas coisas: a substitubidade dos signos, que é uma propriedade intrínseca à linguagem, e a equivalência sinóptica das formas, que é uma manifestação da razão gráfica.** (Auroux, 1998: 74-75, grifo nosso)

O resultado é a identificação da super-ação do humano com o desenvolvimento de processos de simbolização, fruto, na verdade, de gramatizações plurívocas, no seio das trocas de jogos de linguagem cotidianos. Estas super-ações colocam as possibilidades de mediação como fruto direto da linguagem já como uma técnica de onde provém as margens de definição do humano, e não o contrário. Estamos diante, quando afirmamos a existência (e os problemas de tal existência) de uma “mediação técnica”, daquilo que podemos, no fundo, nos definir: o animal *symbolicum* de Ernst Cassirer (1994), e não aquele pretensamente *a priori* racional. Não se trata, pois, de retirar do “racional” sua condição, mas de reconsidera-lo, pois a “própria mitologia não é uma massa grosseira de superstições e ilusões crassas. Não é meramente caótica, pois possui uma forma sistemática ou conceitual”. (Cassirer, 1994: 49)

Contra uma constituição metafísica ou mentalista do real, que nos conduziria a uma análise representacional das práticas de mediação, tendo apenas como solução crítica o ataque à mediação técnica, a relação entre as mediações ordinárias e as formas simbólicas posiciona a “mediação” no escopo de uma filosofia da cultura, que, colocada como um eixo de compreensão da epistemologia da Ciência da Informação, demanda-nos uma noção de “mediação” concebida como um desdobramento gramatical da linguagem.

A tarefa verdadeira mais profunda de uma *filosofia* da cultura, da linguagem, do conhecimento, do mito etc. parece consistir, precisamente, em erguer este véu, em **sair da esfera mediadora do simples significar e designar, e retornar à esfera original da visão intuitiva**. Por outro lado, o *órgão* específico de que dispõe a filosofia se opõe à solução desta tarefa. **À filosofia, que só se realiza na precisão do conceito e na clareza do pensamento ‘discursivo’, o paraíso da mística, do imediato puro, está vedado.** (Cassirer, 2001: 74, grifo nosso)

Da noção de “mediação” na filosofia, desvelada por uma “filosofia das formas simbólicas”, podemos pensar uma noção de “mediação” no escopo dos estudos informacionais não apegada aos modos de separação do representacionismo, que isola, por exemplo, sujeito e objeto, presença e ausência, humano e técnica. A possibilidade da tecnologia da escrita e, posteriormente, da gramatização, conforme anunciado por Auroux (1998), concebe, de um lado, a alteridade refletida (o “*isto-eu*”), de outro, a possibilidade de existência de uma futura epistemologia da Ciência da Informação.

No primeiro caso,

[...] **o impulso do saber linguístico tem uma de suas origens no fato de que a escrita, fixando a linguagem, objetiva a alteridade**, quer esta provenha da Antiguidade, quando é preciso ler um texto que não corresponde mais ao estado da língua, ou da novidade, quando se trata de decifrar um texto que não se conhece antes ou de transcrever uma outra língua. (Auroux, 1998: 78, grifo nosso)

No segundo caso, o do condicionamento técnico-linguístico de aparecimento dos estudos informacionais, a escrita produz “o aparecimento de técnicas autônomas e inteiramente artificiais, assim como um dos *primeiríssimos ofícios da linguagem na história da humanidade, o do escriba*, atestado entre os egípcios quanto os sumérios.” (Auroux, 1998, p. 78, grifo nosso). Ao escriba, mediador (técnico), acrescentemos o bibliotecário, a biblioteca, os sistemas bibliográficos, as práticas biblioteconômico-bibliográficas, a mediação – além de toda sorte de predicções contemporâneas manifestadas pelo “informacional”.

Se a “metafísica constituiu um sistema de defesa exemplar contra a ameaça da escritura” (Derrida, 2008, p. 125), a construção da epistemologia dos estudos informacionais e, mesmo, das abordagens recentes da filosofia da Ciência da Informação, tomam a direção oposta. As declarações epistêmicas de Gabriel Peignot (1802a, b) e Paul Otlet (1934) demonstram que o desenvolvimento do pensamento informacional segue na via contrária deste modo de perceber o real. A condição bibliológica de uma *epistême* peignotiana-otletiana pressupõe, necessariamente, não apenas a escrita como fundação, mas como co-partícipe do humano. Trata-se da não separação, da não aceitação, das dicotomias representacionistas, dentro/fora, humano/técnica.

Parece-nos que no escopo contemporâneo dos estudos informacionais, da hermenêutica em Rafael Capurro (1992) ao quadro de reflexões neodocumentalistas, como aquelas oriundas de Frohmann (2004, 2011), de Day (2005) e de Buckland (1991, 1997), sugerem a compreensão de destituição desta força representacionista. O ponto nevrálgico está na reconsideração não do “humano” sob a “técnica”, mas da *poiesis* plural da linguagem refletida na escrita (técnica) que, sendo “humana”, possibilita o acontecimento do próprio “humano”. O espaço de consideração da informação como uma coisa, ou como documento, como artefato, é o terreno onde podemos encontrar o eu-mediador presente no interior da epistemologia da Ciência da Informação.

REFLEXÕES FINAIS: PARA AQUÉM DA PRESENÇA

A época do logos, portanto, rebaixa a escritura, pensada como mediação de mediação e queda na exterioridade do sentido. (DERRIDA, 2008: 15)

As ações informacionais de mediação quando encaradas enquanto práticas ordinárias nos levam à redução dos falsos antagonismos entre mediação humana (mediação da presença), e mediação técnica (mediação da ausência). Pensar na centralidade (não única, não imóvel, não ideal) do uso de tecnologias da linguagem como modo de compreensão do mundo informacional é perceber a necessidade de aprofundamento na noção de “humano”, sem a contraposição homem-máquina.

A possibilidade de compreensão do campo informacional como saber gramatológico, mas de ordem distinta da gramatologia de Derrida (2008), torna-se um percurso crítico-histórico para esta distinção. Em termos pontuais, chamamos a atenção para o que interessa na análise da mediação no plano epistemológico dos estudos informacionais: quem manipula o *gramma*, a linha, o traço (quem programa as gramáticas, ou seja, as tecnologias) para mediar?

Uma vez apreendida a linguagem (o complexo técnico da linguagem) como tecnologia, mais precisamente, uma vez consolidada a visão de que a gramática ou os processos de gramatização definem-nos no espaço grafado como “um outro reflexivo”, nos “participam do mundo como alteridades” (relação esta provocada não só pela escrita, mas, mesmo, pela performance gramático-lógico-retórica da materialidade da *phoné*), podemos identificar a existência de uma invenção da “mediação humana” equivocada no campo. Trata-se da construção do conceito da filosofia da presença, “mediação humana”, para uma dupla racionalidade: a) compor outra unidade conceitual, “mediação técnica”; b) colocar esta última como antítese da primeira ou, no mínimo, seu polo problemático.

Pelas possíveis relações aqui discutidas entre a “gramatologia” em Derrida (2008) e a “gramatização” em Aurox (1998), relações

estas costuradas principalmente a partir de Cassin (2005) e Wittgenstein (1979), compreendemos que os estudos informacionais são dedicados à reflexão sobre as tecnologias da linguagem, seu uso, seus desusos, suas consequências, seu desenvolvimento. O argumento nos leva à seguinte assertiva: ao contrário do percurso que parece “natural”, retiramos da “mediação técnica” (ponto de vista da gramatização aurouxiana) a necessidade de tratar da “mediação humana” enquanto filosofia da presença (ponto crítico da gramatologia derridaiana), para então “reduzirmos” a potência das mediações técnicas.

Fato curioso pode estar, nesta interpretação, na noção de “humanismo informacional”. Parece-nos clara a intenção teórica na compreensão sobre mediação de fundar o eu-mediador na metafísica da presença mediadora, enquanto que o isto-mediador, a máquina, é o fora, a ausência possível. É compreensível tal confusão, contempladas (principalmente) as relações sócio-históricas que evocam os riscos (e, em alguns casos, o “pânico”) diante de distintas tecnologias da linguagem (estas, por sua vez, tomadas, em dados momentos, como a revolução em si, e não interpretadas historicamente). Exemplos como a possibilidade imediata de perda de postos de trabalho (profissional e acadêmico) e outros, de vulto maior, como a extinção da própria *episteme* em questão, são modelos de tais equívocos. Sabe-se que, por exemplo, a corrida pela tradução automática e o desenvolvimento dos sistemas eletrônicos de informação levantou, em diferentes discursos, a partir de meados do século XX, a possibilidade de identificação da ineficácia de uma Ciência da Informação no futuro. Esquece-se que por “humanismo informacional” podemos simultaneamente tratar: a) da questão de formação, ou seja, da história das disciplinas e dos enfoques culturalistas da educação de bibliotecários; b) da questão puramente técnica, a história do desenvolvimento de tecnologias de representação e fluxo da informação.

Ao nos depararmos com o “materialismo” cassiniano da Retórica, reconhecemos o vazio da predicação “humano” na edificação do conceito de “mediação humana”. Se a “gramática” em seu sentido filosófico e, mesmo, no sentido pedagógico do *trivium*, trata-se de uma

máquina de produzir efeitos materiais no mundo, o “humano” da noção de “mediação” não está na anterioridade do ser cognoscente, nem (ainda) na anterioridade do *onto*, mas no *a posteriori* do *logos*, ou do discurso em seu jogo, em sua performance. A técnica, por sua vez, não é um “fora”, não é também um *a priori*, mas é co-condição do humano expresso na intersubjetividade ordinária da epistemologia da Ciência da Informação.

O que está “ausente”, na filosofia da mediação técnica, não é o “humano”, mas a nossa incapacidade de perceber que ali só pode existir ele, o “humano” (fruto e semente do maquínico), sem o qual nem máquina nem homem poderiam ser concebidos, posto que o reflexo que potencialmente os separa é a possibilidade da reflexividade que os inventa na técnica. A escrita, sombra perigosa da filosofia da ausência, esta mancha no espelho do humano, seria, para os estudos informacionais, a primeira possibilidade, o limite teórico, de definir a incoerência de uma “natureza da mediação humana”. Aqui, nessa *epistême*, mediar é gramatizar.

O medo de nos vermos como máquinas e, mais ainda, como produtos da técnica (e, ainda, “prisioneiros” do maquínico), é o terror de nos depararmos no espelho homem-máquina com a barbárie humana, e não com uma barbárie maquínica. Este ponto de vista hermenêutico-crítico também está na Antiguidade: Aristóteles não só concebe para muitos, com as práticas bibliológicas de seu fazer filosófico, a Filologia (a Gramática), mas também reestabelece o papel da Retórica, retirando desta a barbárie técnica que ela pretensamente ensejaria. Em outras palavras, logo após a força do fonocentrismo platônico, a escola peripatética relaciona-se pontualmente com um certo *logos* da Bibliologia, sendo o Estagirita “pai” de um certo Helenismo, cultura não coincidentemente “centrada na palavra escrita”. E a mediação técnica alexandrina nada mais é do que uma autêntica *ars grammatica*.

BIBLIOGRAFÍA

- Auroux, S. (1998), *A Filosofia da linguagem*, Campinas: Unicamp.
- (2009a), *Filosofia da linguagem*, São Paulo: Parábola.
- (2009b), *Revolução tecnológica da gramatização*, Campinas: Unicamp.
- Buckland, M. K. (1991), “Information as Thing”, en *Journal of the American Society of Information Science*, v. 42, núm. 5, pp. 351-360, jun.
- (1997), “What is a Document?”, en *Journal of the American Society for Information Science*, v. 48, pp. 804-809.
- Capurro, R. (2000), “Hermeneutics and the Phenomenon of Information”, en Mitcham, Carl (Ed.). (2000), *Metaphysics, Epistemology and Technology*. Research in Philosophy and Technology, New York: Elsevier. v. 19. pp. 79-85, disponible en: <<http://www.capurro.de/ny86.htm>>. Fecha de acceso: 18 jul. 2007.
- (2008), “Pasado, presente y futuro de la noción de información”, en *Encuentro internacional de expertos em teorias de la información: un enfoque interdisciplinar*, 1., 2008, León. [Anais...]. León: Procyto: BITrum,
- (2003), “Epistemología y ciencia de la información”, en *Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação*, 5., 2003, Belo Horizonte, Anais... Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG.

- Capurro, R. (1992), "What is Information Science for? A Philosophical Reflection", en Vakkari, P.; Cronin, B. (Ed.). *Conceptions of Library and Information Science; Historical, Empirical and Theoretical Perspectives*. In: *International Conference for the Celebration of 20th Anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland. 1991, Proceedings...* London, Los Angeles: TaylorGraham, pp. 82-96.
- Cassin, B. (2005), *O efeito sofístico: sofística, filosofia, retórica e literatura*, São Paulo: ed., 34.
- Cassirer, E. (2011), *"A filosofia das formas simbólicas"; Terceira parte: Fenomenologia do conhecimento*, São Paulo: Martins Fontes.
- (1994), *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*, São Paulo: Martins Fontes.
- (2004), *A filosofia das formas simbólicas; Segunda Parte: O pensamento mítico*, São Paulo: Martins Fontes.
- (2001), *A filosofia das formas simbólicas; Primeira parte: A linguagem*, São Paulo: Martins Fontes.
- Curtius, E. R. (1996), *Literatura européia e idade média latina*, São Paulo: Hucitec.
- Day, R. (2005), "Poststructuralism and Information Studies", en *Annual Review of Information Social Science and Technology (ARIST)*, v. 39, pp. 575-609.
- Day, R. (2001), *The Modern Invention of Information: Discourse, History and Power*, Illinois: Southern Illinois University Press.
- (2009), "Revisiting "What is a Document?" en *Journal of Documentation*, v. 65, núm. 2, pp. 291-303.

La mediación en el campo...

- Davallon, J. (2007), “A mediação: a comunicação em processo?”, en *Prisma.Com: revista de Ciência da Informação e da Comunicação do CETAC*, núm. 4, pp. 1-34, jun, disponible en: http://prisma.cetac.up.pt/edicao_n4_junho_de_2007/, (Fecha de consulta: 10 enero 2014).
- Derrida, J. (2008), *Gramatologia*, São Paulo: Perspectiva.
- (2004), *Papel-máquina*, São Paulo: Liberdade.
- (1991), *A farmácia de Platão*, São Paulo: Iluminuras.
- Frohmann, B. (2004), “Documentation Redux: Prolegomenon to (Another) Philosophy of Information”, en *Library Trends*, v. 52, núm. 3, pp. 387-407, win.
- (2011), “Reference, Representation, and the Materiality of Documents”, en *Colóquio científico internacional da rede MUSSI. 2011, Anais...* Toulouse: Université de Toulouse 3.
- Haller, R. (1990), *Wittgenstein e a filosofia austriaca: questões*, Tradução Norberto de Abreu e Silva Neto, São Paulo: ed. USP.
- Oliveira, T. de (2002), “Alguns comentários sobre o Tractatus”, en Wittgenstein, L. (2002), *Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas*, Tradução M. s. Lourenço. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. XI–XXXII.
- Otlet, P. (1934), *Traité de documenatation: le livre sur le livre: théorie et pratique*, Bruxelas: Editiones Mundaneum.
- Peignot, G. (1802a), *Dictionnaire raisonné de bibliologie*, tomo I, París: Chez Villier.
- (1802b), tomo II. París: Chez Villier.

Saldanha, G. S. (2012), *Uma filosofia da Ciência da Informação: linguagem, organização dos saberes e transformações*, Tese–Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

Wiener, N. (1989), *The human Use of Human Beings: Cybernetics and Society*, Londres: Free Association Press

Wittgenstein, L. (2005), *Observações filosóficas*, São Paulo: Loyola.

——— (2002), *Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas*, Tradução M. S. Lourenço. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

——— (1968), *Tractatus logico-philosophicus*, São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 152 p. (Biblioteca universitaria. Serie 1. filosofia; v. 10).

——— (1980), *Culture and Value*, Oxford: Blackwell.

——— (1979), *Investigações Filosóficas*, 2ª ed., Tradução de José Carlos Bruni, São Paulo: Abril Cultural.

——— (1992a), *O livro azul*, Lisboa: Ed. 70.

——— (1992b), *O livro castanho*, Rio de Janeiro: Edições 70.